

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste termo de referência contratação de pessoa jurídica para aquisição de aparelhos auditivos padronizados pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) para atender a necessidade da secretaria de saúde de Brejo do Cruz-PB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Código: 125870 0701030135 – AASI externo retroauricular tipo B. Consiste no fornecimento do aparelho de amplificação sonora individual tipo retroauricular em pacientes com diagnóstico, seleção e adaptação concluídos. MODELOS: AD4 M 40/ AD4 P 40/ AD4 SP 40 CÓDIGO ANVISA: 80872839002	UND	60	901,00	54.060,00
2	Código: 125874 0701030143 – AASI externo retroauricular tipo C. Consiste no fornecimento do aparelho de amplificação sonora individual tipo retroauricular em pacientes com diagnóstico, seleção e adaptação concluídos. MODELOS: AD4 M 60/ AD4 P 60/ AD4 SP 60 CÓDIGO ANVISA: 80872839002	UND	70	1.290,00	90.300,00
3	Código: 125872 0701030070 – AASI externo intra-canal tipo B. Consiste no fornecimento do aparelho de amplificação sonora individual tipo intra-canal em pacientes com diagnóstico, seleção e adaptação concluídos MODELOS: AD4 ITC 40 CÓDIGO ANVISA: 80872839001	UND	70	1.290,00	90.300,00
4	Código: 125876 0701030089 – AASI externo intra-canal tipo C. Consiste no fornecimento do aparelho de amplificação sonora individual tipo intra-canal em pacientes com diagnóstico, seleção e adaptação concluídos. MODELOS: AD4 ITC 60 CÓDIGO ANVISA: 80872839001	UND	20	1.290,00	25.800,00
5	Código: 125873 0701030100 – AASI externo micro-canal tipo B. Consiste no fornecimento do aparelho de amplificação sonora individual tipo micro-canal em pacientes com diagnóstico, seleção e adaptação concluídos. MODELOS: AD4 CIC 40 CÓDIGO ANVISA: 80872839001	UND	10	1.290,00	12.900,00
6	Código: 125877 0701030119 – AASI externo micro-canal tipo C.	UND	10	1.290,00	12.900,00

	<p>Consiste no fornecimento do aparelho de amplificação sonora individual tipo micro–canal em pacientes com diagnóstico, seleção e adaptação concluídos.</p> <p>MODELOS: AD4 CIC 60 CÓDIGO ANVISA: 80872839001</p>				
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

1.1. Os itens objeto da presente aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.2. Os itens objeto da presente aquisição são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura da Ata de Registro de Preço.

1.4. O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O fornecimento dos itens acima descritos será parcelado nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2025.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando que a deficiência auditiva é um problema de saúde que afeta significativamente a qualidade de vida das pessoas, interferindo na comunicação, no desenvolvimento social e emocional, e até mesmo na segurança pessoal. Ao garantir o acesso a aparelhos auditivos, a Secretaria de Saúde estará promovendo a saúde auditiva da população de Brejo do Cruz-PB e contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

3.2. Considerando o acesso a serviços de saúde e a dispositivos médicos, como os aparelhos auditivos, é um direito fundamental assegurado pela Constituição Brasileira. Garantir a disponibilidade desses dispositivos de forma gratuita ou subsidiada pelo SUS é uma forma de promover a igualdade de acesso aos serviços de saúde e de garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva.;

3.3. A aquisição de aparelhos auditivos padronizados pelo SUS para atender à população de Brejo do Cruz-PB está alinhada com as diretrizes e políticas de saúde pública estabelecidas pelo Ministério da Saúde

e pela Secretaria de Saúde do Estado. Essa iniciativa demonstra o compromisso das autoridades locais em garantir a implementação efetiva dessas políticas em benefício da população.

3.4. Essas justificativas evidenciam a importância e a necessidade da aquisição de aparelhos auditivos pela Secretaria de Saúde de Brejo do Cruz-PB, destacando os benefícios para a saúde e o bem-estar da população, bem como o cumprimento de direitos fundamentais e políticas de saúde pública.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos de contratação:

5.2. Todos os produtos devem atender às especificações contidas neste Termo de Referência.

5.3. A confecção do molde deverá apresentar boa qualidade e resistência, e no caso de alguma intercorrência, em que seja necessária nova confecção, dentro do prazo de 20 dias, a contar da entrega dos AASI para o paciente, a empresa se responsabilizará em refazê-lo às suas expensas relativas ao material e ao transporte, no prazo máximo de 20 dias CORRIDOS, para entrega de um novo molde; e no caso que sejam necessários ajustes tais como: desbaste e troca de mangueirinha, nesse caso a empresa encaminhará o paciente para o representante local.

5.4. Os modelos retroauriculares devem ter a transmissão wireless de 2,4 GHZ;

5.5. Cada modelo de AASI deverá vir acompanhado de software de programação original do aparelho auditivo, com indicação de sua versão atualizada, instruções de instalação e dos requisitos mínimos de hardware necessários para instalação.

5.6. O software pode ser compatível com a plataforma NOAH®. No caso de softwares de programação que integram a plataforma NOAH®(isto é, que sejam instalados como módulos do NOAH®), o software não poderá apresentar conflitos de compatibilidade com softwares de outros fabricantes que integram esta mesma plataforma;

5.7. Deverá estar incluso no ato da primeira entrega dos AASI 4(quatro) conjuntos para a programação dos dispositivos contendo (cabos, sapatas e fitas de conexão);

5.8. Caso seja necessária a realização de correções no aparelho, a empresa deverá fazê-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, responsabilizando-se por sua devolução a SMS.

5.9. O prazo de garantia dos aparelhos fornecidos deverá ser de 02 (dois) anos, a contar da data de entrega ao paciente pelo Serviço de Saúde Auditiva

5.10. Durante o período de garantia, a licitante vencedora deverá prestar todo o suporte técnico necessário, realizar manutenções e substituir o aparelho em caso de impossibilidade de conserto.

5.11. Deverá estar incluso o fornecimento dos seguintes itens para cada aparelho (AASI):

5.11.1. Uma caixa de proteção para cada aparelho auditivo;

- 5.11.2. Uma cartela por aparelho com, no mínimo, 06 baterias “zinc air” de tamanho adequado ao tipo de aparelho auditivo fornecido.
- 5.11.3. Sílica com caixa de armazenamento por paciente;
- 5.11.4. Kit de limpeza: Flanela, agulha plástica flexível, escova para limpeza do molde de acordo com o tipo do aparelho auditivo;
- 5.11.5. Kit infantil: Sílica com caixa de armazenamento, prendedor de aparelho auditivo, aspirador nasal (bombinha); estetoscópio auditivo e necessário para armazenamento do kit;
- 5.11.6. Nos aparelhos intracanaís e microcanaís, o serviço de confecção da cápsula do aparelho juntamente com as modificações acústicas necessárias deverá estar incluído no preço. Todos os AASI's intracanaís e microcanaís deverão vir com o fio de nylon.
- 5.11.7. O kit dos aparelhos auditivos dos tipos intracanal e receptor deverá incluir os materiais para a higienização e 08 protetores de cera para troca por paciente.
- 5.11.8. Fornecer kit completo para o serviço de: 20 tubos finos e 10 receptores de cada tamanho (ex: nº 0, 1, 2, 3, 4, etc.) e potência (ex: LP, MP, HP, etc) e 20 olivas de cada tamanho (ex: P, M, G, etc) e tipo (ex: aberta, fechada, tulipa, dupla, etc.).
- 5.11.9. Ministrando treinamento sem custo adicional às equipes responsáveis pela programação e inserção dos aparelhos, devendo ser agendado junto ao SMS.
- 5.11.10. Fornecer kit de massa para pré-moldagem com, no mínimo 500 g (quinhentos gramas), conforme necessidade do serviço.
- 5.11.11. Comprometer-se a assessorar os profissionais fonoaudiólogos do serviço; bem como oferecer assistência na manutenção de todos os aplicativos disponibilizados (software de programação dos AASI's)
- 5.11.12. Ceder Hi-pro e/ou interfaces compatíveis com os AASI's para programação dos mesmos com seus respectivos acessórios: Softwares, cabos, sapatas, adaptadores ou fitas de programação e respectivas fichas técnicas.
- 5.11.13. Caso os AASI's não sejam compatíveis com a interface Hi-PRO deverá ser fornecido o programador portátil para esse fim.

5.12. Amostras

- 5.12.1. Faz-se necessária a apresentação de amostras nas quantidades abaixo e deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, na Secretaria Municipal de Saúde no endereço: Rua São Vicente de Paula, nº 14, Centro, Brejo do Cruz-PB de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas
- 5.12.2. A amostra deverá ser acompanhada do Protocolo de Entrega de Amostra conforme o modelo estabelecido no Anexo VI, o qual será assinado pelo servidor indicado e juntado aos autos do processo.
- 5.12.3. A(s) amostra(s) será(ão) avaliada(s) pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.
- 5.12.4. Se a amostra for aceita, o Pregoeiro retomará a sessão pública informando os demais licitantes dessa decisão e prosseguirá para a avaliação dos requisitos de adjudicação e homologação.
- 5.12.5. Todos os custos necessários para apresentação das amostras correrão por conta da empresa vencedora, não havendo ônus para a administração pública.

5.13. Da Necessidade de Apresentação das Amostras

- 5.13.1. Os testes a serem aplicados nas amostras têm por finalidade averiguar a sua conformidade com as especificações técnicas descritas em conformidade com as normas vigentes;
- 5.13.2. Os testes a serem aplicados nas amostras, conforme critérios fixados no Formulário de Avaliação das Amostras, anexado ao edital, têm por finalidade averiguar a sua conformidade com as especificações técnicas descritas no Edital.
- 5.13.3. Serão avaliados os parâmetros de ganho e saída máximos. Ultrapassando os valores estabelecidos neste Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas, independentemente da possibilidade de redução de tais valores via ajuste dos parâmetros programáveis do AASI.
- 5.13.4. Todos os AASIs deverão ter o registro na ANVISA, caso contrário será desclassificado.
- 5.13.5. Os AASIs deverão ter: as regras prescritivas, compressão, ganho, possibilidade de adaptação aberta, tipo de tecnologia, número de programas, número de canais, tipo de microfone, tipo de pilha, controle de volume, registro de dados e faixa de frequências de acordo com o tipo de aparelho descrito.
- 5.13.6. Caso o tipo do AASI não apresente todos os parâmetros conforme a descrição, a proposta será desclassificada.

Da Subcontratação

- 5.14. Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação:

Da Garantia da contratação

- 5.15. **NÃO** haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é 20(vinte) dias úteis, contados do recebimento da respectiva ordem de compra e/ou serviço.
- 6.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde no endereço: Rua São Vicente de Paula, nº 14, Centro, Brejo do Cruz-PB de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de

15(quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.8. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O f iscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O f iscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o f iscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O f iscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o f iscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O f iscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

7.8. O f iscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos compro batórios pertinentes, caso necessário

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o f iscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e f iscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para f ins de atendimento da f inalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para f ins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o f luxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos f iscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.6.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento PREGÃO sob forma ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE. Justifica-se pela vantagem econômica para a administração, uma vez que o objeto se compõe de itens interrelacionados e o seu agrupamento viabiliza o fornecimento do lote por uma única empresa pois há necessidade de consultas e/ou exames com os pacientes, viabilizando um melhor gerenciamento dos serviços prestados, buscando evitar o desperdício de recursos e minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses produtos.

Exigências de habilitação

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.3.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.3.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.3.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.3.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.3.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.4.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.6.2. Registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) dos equipamentos.

10. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação será de aproximadamente R\$ 286.260,00.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1, São obrigações da Contratante:

11.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

11.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

A dotação orçamentária será informada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Hellisson Batista Fernandes

Secretário Municipal de Saúde

06 de novembro de 2025, Brejo do Cruz-PB